



PROCESSO LICITATÓRIO - CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 00005/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 027/2025

Local: O recebimento da documentação para o credenciamento ocorrerá exclusivamente no formato eletrônico do site www.portaldecompraspublicas.com.br/

Data de Início do Credenciamento: 18/09/2025 às 10h

Data Final do Credenciamento: 18/09/2026 às 17h

PREÂMBULO - CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO 0005/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 08.096.604/0001-95, com sede na AV. GOV. DIX-SEPT ROSADO, 144 - CENTRO - JARDIM DE PIRANHAS - RN. CEP: 59324-000 - E-mail: licitajp@gmail.com, Estado do Rio Grande do Norte, doravante denominado simplesmente Contratante, vem por meio da Comissão nomeada pela Portaria nº 218/2025 torna público que receberá, durante o período de **18/09/2025** a **18/09/2026** no site www.portaldecompraspublicas.com.br, de forma exclusiva pelo método eletrônico, propostas para o **CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL PARA UTILIZAÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DE PIRANHAS-RN**, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.

Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, todos da mencionada Lei.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

IV- Objetos que devem ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

I - Credenciamento;

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:



I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

Parágrafo único: *Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:*

I - A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados; II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

1 - OBJETO

1.1 - O presente processo tem por objeto o **CRENCIAMENTO ELETRÔNICO PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL PARA UTILIZAÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DE PIRANHAS-RN**, conforme disposições deste edital e anexos. A aquisição do Edital completo poderá ser feita pelo licitante no setor de licitações da Av. Gov. Dix-Sept Rosado, 144 - Centro - Jardim de Piranhas - RN, CEP: 59324-000 - E-mail: licitajp@gmail.com - Portal da Transparência do Município www.jardimdepiranhas.rn.gov.br, TCE/RN www.tce.rn.gov.br site www.portaldecompraspublicas.com.br - As condições específicas para a prestação dos serviços estão previstas no Termo de Referência anexo a este edital.

1.1.2 - Os interessados deverão atuar em ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento.

1.2 - Os interessados deverão requerer o credenciamento na forma do item 4 deste edital.

1.3 - Não poderão participar do credenciamento os interessados:



- I - impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Jardim de Piranhas/RN, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
- II - suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o município de Jardim de Piranhas/RN, nos termos da Legislação Vigente;
- III - impedidos de licitar e contratar com o município de Jardim de Piranhas/RN, nos termos da Legislação vigente; IV - declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma da Legislação vigente;
- V - declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
- VI - estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- VII - autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- VIII - empresa, isoladamente ou em Prefeitura, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor demais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários
- IX - Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- X - Entidades empresariais que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação;
- XI - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2 - FINALIDADE

2.1 - O presente credenciamento eletrônico tem por finalidade atender a demanda do Município de Jardim de Piranhas -RN.

3 - INFORMAÇÕES INICIAIS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1 - O inteiro teor deste edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico do www.jardimdepiranhas.rn.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.



3.2 - Os participantes deverão primeiramente se inscrever na plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, dentro da opção: Adesão - adesão fornecedor. Cadastrada senha de acesso, será liberado o acesso a página logada.

3.3 O participante deverá, após selecionar o edital enviar a documentação necessária, informar os serviços aos quais pretende se credenciar e solicitar a participação no credenciamento. Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com o www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.4 - Os esclarecimentos deverão ser realizados de forma eletrônica, através da www.portaldecompraspublicas.com.br. Ou no endereço de E-mail: licitajp@gmail.com.

3.5 - Qualquer cidadão ou interessado poderá impugnar os termos deste edital, a qualquer tempo, o que não terá efeito de recurso.

3.6 - As impugnações deverão ser enviadas eletronicamente pelo interessado através www.portaldecompraspublicas.com.br, devendo o arquivo estar obrigatoriamente no formato PDF.

4 - REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

4.1 - O requerimento de credenciamento e os documentos necessários à habilitação deverão ser encaminhados através da plataforma, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2 - O conjunto de documentos apresentados deverá conter:

I - requerimento de credenciamento, na forma do modelo disponível no Anexo I, datado e assinado pelo representante legal; e

II - documentos necessários à habilitação previstos no item 5.

4.3 - O requerimento de credenciamento não poderá conter emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas que possam dificultar o reconhecimento de sua caracterização, considerada indispensável à sua validade.

4.4 - O requerimento apresentado de forma incompleta, rasurado ou em desacordo com o estabelecido neste edital será considerado inepto, podendo o interessado apresentar novo requerimento escoimado das causas que ensejaram sua inépcia.

4.5 - Os interessados que constituírem procuradores para representá-los deverão apresentar, além de todos os documentos relacionados no item 5 deste edital, os seguintes:

I - Procuração, discriminando os poderes específicos, contendo a indicação do signatário com firma reconhecida, acompanhada do instrumento que comprove os poderes do signatário;

II - Cópia da cédula de identidade, se o procurador for pessoa física;



III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, se o procurador for pessoa jurídica.

5 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NECESSÁRIOS AO CREDENCIAMENTO

5.1 - DOCUMENTOS:

5.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de identidade de todos os sócios da pessoa jurídica ou do empresário;
- b) Certificado de condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, ou;
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todas as suas alterações, se for caso, devidamente registrados na Junta Comercial, ou contrato social consolidado em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores, ou;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso e sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;
- g) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública.
- i) Se a pessoa jurídica se fizer representar por procurador, faz-se necessária a apresentação de cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador, bem como da respectiva Procuração (com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para assinar solicitações, declarações, atas, termos, contratos, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público.

4.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles



relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- f) Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- g) Alvará de Localização e/ou Funcionamento expedido pela sede do licitante
- h) Caso o licitante credenciado seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- i) Caso o licitante credenciado seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- j) A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada credenciada, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da **sede** do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação;
- b) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

6 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1 - Os documentos deverão ser apresentados em meio eletrônico no formato “PDF”, em arquivo com tamanho máximo de 10MB, sendo que o interessado ficará responsável pela veracidade das informações prestadas no requerimento e nos documentos remetidos.

6.2 - Não serão aceitos documentos com rasuras e/ou ilegíveis.

6.3 - É imprescindível que os documentos estejam dentro do prazo de validade.

6.4 - Os documentos que omitirem a validade serão considerados como válidos pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua emissão, em conformidade com os emitidos pela Fazenda Federal, pelo princípio da analogia, ressalvados os documentos com prazos indeterminados previstos na legislação pertinente;

6.5 - Os interessados deverão estar cientes da legislação que rege os prazos de validade das certidões emitidas pelos respectivos órgãos federais, estaduais e municipais.

7 - ATUALIZAÇÃO DOS DADOS DA CREDENCIADA

7.1 - Toda alteração que implique modificação das informações prestadas pela interessada para obtenção do credenciamento deverá ser alterada e/ou anexada na Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.2 - A credenciada deverá atualizar os seus dados cadastrais no sistema sempre que ocorrer mudança de endereço, conta de e-mail, telefone ou do representante legal.

7.4 - A atualização dos dados da credenciada não alterará a condição do credenciamento já homologado.

8 - DA CONVOCAÇÃO

8.1 - Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela plataforma eletrônica, indicada no preâmbulo (www.portaldecompraspublicas.com.br), no período de **18/09/2025 a 18/09/2026** - A PMJP-RN convocará o candidato selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento e ou e-mail, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio ou da comunicação na plataforma;



8.2 - O contrato de credenciamento será enviado ao candidato selecionado pela plataforma eletrônica e ou e-mail, sendo que, poderá o candidato devolver o contrato assinado:

8.2.1 - Pela plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico, através de arquivo PDF, assinado eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001; ou devolver o contrato assinado no formato físico, a ser encaminhado para o endereço AV. GOV. DIX-SEPT ROSADO, 144 - CENTRO - JARDIM DE PIRANHAS - RN. CEP: 59324-000 - E-mail: licitajp@gmail.com - Tel.: (84) 34232240.

8.3 - O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no subitem 8.3, representará a desistência da empresa com relação ao procedimento neste Edital.

8.4 - O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 30 (trinta) dias após o credenciamento do interessado e será publicado no site www.diariomunicipal.com.br/famup e www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou publicação no diário Oficial FEMURN.

9 - DO PRAZO

O presente credenciamento terá vigência de 01 (um) ano, contados da data de publicação do edital, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Administração, de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.

10 - RECURSOS

10.1 - Os recursos interpostos serão conhecidos, nos termos do Título IV, Capítulo I, da Lei nº 14.133/2021, caso enviada eletronicamente pelo interessado via plataforma eletrônica (www.portaldecompraspublicas.com.br) o arquivo estar obrigatoriamente no formato PDF.

11 - PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 - As condições da prestação dos serviços estão previstas no termo de referência anexo.

12 - CRITÉRIO DE ESCOLHA

12.1 - A contratação ocorrerá de forma paralela e não excludente, a preço fixo e geral, distribuída a demanda igualmente aos credenciados, caso seja possível, dentro do período de cada 10 (dez) dias, podendo haver rodízio.

12.1. Os credenciados apenas terão mera expectativa de contratação.

13 - PENALIDADES

13.1 - Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021, as sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta dos municípios credenciados e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



13.1.1 - ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

13.1.2 - MULTA: será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do credenciamento e compreenderá:

I - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do serviço, pelo atraso no atendimento, considerando o prazo previsto no subitem 5.4 do Termo de Referência anexo, salvo por motivo de força maior;

II - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do serviço, pelo atraso na entrega do laudo, considerando o prazo previsto no subitem 5.5 do Termo de Referência anexo, salvo por motivo de força maior;

III - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do serviço, pelo descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no edital e seus anexos, caso não haja previsão de multa específica, salvo por motivo de força maior.

13.1.3. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o PMJP poderá aplicar à CREDENCIADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de descredenciamento da empresa.

13.1.4. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CREDENCIADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

13.1.5. Na hipótese de a CREDENCIADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, o PMJP-RN, inscreverá o valor em dívida ativa.

13.1.6. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta do município de Jardim de Piranhas -RN, prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do PMJP-RN, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta durante o período em que estiver credenciada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;

13.1.7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- b) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

13.1.8. É admitida a reabilitação da credenciada perante o PMJP exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos nesta cláusula.

13.1.9. Além das penalidades citadas, a(s) CREDENCIADA ficará(ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição(ões) no Cadastro de Fornecedores do PMJP e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração do PMJP, a(s) CREDENCIADA(S), conforme o caso, ficará(ão) isentas das penalidades mencionadas.

13.1.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

13.1.11. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

14 - DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

14.1 - O presente credenciamento terá vigência de 01 (um) ano, contados da data de publicação do edital, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Administração, de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.



14.4 - O credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação, correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento para o exercício de 2025, devendo ser consignada dotação de mesma natureza e categoria econômica, no orçamento do(s) próximo(s) exercício(s) para continuação do Contrato, em caso de necessidade de prorrogação:

03001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

05001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

2010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

09001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

2042 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

11001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

2038 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

12001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

2045 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

14001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
2083 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
3.3.90.30 - Material de Consumo
3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

08001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO
3.3.90.30 - Material de Consumo
3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com
recursos de impostos e transferências de impostos

10031 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2020 - FUNCIONAMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF
2022 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE
2063 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE FRANCISCA PEREIRA
MARIZ
3.3.90.30 - Material de Consumo
3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de
impostos e transferências de impostos
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
- FNAS

07000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL
3.3.90.30 - Material de Consumo
3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

07031 - FUNDO MUN. DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSIST. SOCIAL
2025 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGDBF
2033 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
2050 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AS
FAMÍLIAS - PAIF/CRAS/PSB
2052 - Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo -
SCFV
3.3.90.30 - Material de Consumo
3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
- FNAS



16 - DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida às interessadas pela apresentação de documentos relativos a este credenciamento.

17 - DOS ANEXOS

ANEXO I - REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO - EDITAL;
ANEXO II - RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS E EQUIPAMENTOS
ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO;
ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO V - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM LICITADOS COM SEUS QUANTITATIVOS JUSTIFICATIVA;
ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO;
ANEXO VII - MODELOS DE DECLARAÇÕES - CUMPRIMENTO DE REQUISITOS NORMATIVOS.

Jardim de Piranhas-RN, 15 de setembro de 2025.

ISRAEL SOUZA DONATO DOS SANTOS

Secretário de Administração

Informações desse Termo de Referência é de Responsabilidades da(s) secretaria(s) demandante(s). Considerando a necessidade da aquisição em face das justificativas apresentadas, manifesto-me de acordo com o presente documento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN

CNPJ nº 08.096.604/0001-95

ROGÉRIO SOARES

Prefeito Constitucional



CRENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 00005/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 027/2025

ANEXO I - REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO - EDITAL

Nome ou razão social:

CPF ou CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Cidade

UF

CEP:

Telefone fixo:

Celular:

E-mail:

Banco: C/C: Agência:

Representante legal, se for o caso de pessoa jurídica:

CPF:

Telefone:

Local da entrega, com endereço completo:



CRENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 00005/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 027/2025

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO EDITAL

A - O REQUERENTE DECLARA, EXPRESSAMENTE, que: cumpre e acata as normas estabelecidas no edital de credenciamento, estando plenamente ciente do teor e da extensão deste documento, que cumpre os requisitos de habilitação, que encaminha anexo os documentos necessários;

não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze)anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição da República de 1988;

não é inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, nem está suspensa ou impedida de licitar ou contratar com o município de Jardim de Piranhas-RN

não é estrangeira sem representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

não é autora do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo relacionado ao objeto desta licitação, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, ou, ainda, empresa, isoladamente ou em Prefeitura, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor demais de 5%(cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

não possui, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital.

**B - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO
DEDADOS PESSOAIS - LEI N. 13.709/2018**



É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

As partes responderão administrativa e judicialmente, caso causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos/as representantes da INTERESSADA/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, cópia do documento de identificação.

A INTERESSADA/CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

A INTERESSADA/CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir causar risco ou dano relevante aos Titulares de Dados Pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao CONTRATANTE as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo. Declaro que cumpro e acato as normas estabelecidas no edital de credenciamento e que estou plenamente ciente da obrigação em executar os compromissos assumidos até a presente data.

Jardim de Piranhas-RN, de de 2025

Assinatura (representante legal da empresa)



CRENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 00005/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 027/2025

ANEXO II - RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS E EQUIPAMENTOS

Eu,, na qualidade de representante legal da empresa, inscrita no CNPJ:, conforme Edital de Credenciamento nº05/2025, da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas-RN, declaro que os serviços credenciados, serão realizados pelos seguintes profissionais:

Nome:.....

Equipamentos.....

Jardim de Piranhas-RN, de de 2025

Assinatura (representante legal da empresa)



CRENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 00005/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 027/2025

ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, a (razão social da empresa), com sede (inserir o endereço completo da empresa) inscrita no CNPJ/MF sob o nº (inserir o nº do CNPJ da empresa), nomeia e constitui seu bastante procurador (a) o(a) Sr. (a) (inserir o nome do representante) portador (a) da cédula de identidade (inserir nº RG), e CPF (inserir nº CPF), a quem confere amplos poderes para representar perante ao PMJP/PB no CREDENCIAMENTO nº 0005/2025 está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Agente de Contratação, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da outorgante.

Jardim de Piranhas-RN, de de 2025

Assinatura (representante legal da empresa)



CRENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 00005/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 027/2025

ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETIVO

1.1 - CRENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL PARA UTILIZAÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DE PIRANHAS-RN.

2 – JUSTIFICATIVA

Justificativa: O Município de Jardim de Piranhas/RN, por intermédio de suas diversas Secretarias, necessita da contratação de serviços gráficos em geral para atender às demandas administrativas e institucionais relacionadas à execução de políticas públicas, cumprimento das obrigações legais de publicidade dos atos oficiais e manutenção da comunicação com a população.

A necessidade se dá em razão de que as atividades desenvolvidas pelo Poder Público exigem a confecção contínua e variada de materiais impressos, como folders, cartazes, panfletos, banners, blocos, impressos administrativos, materiais educativos, informativos, convites, certificados, envelopes, crachás, sinalizações e demais itens indispensáveis à gestão municipal.

1. Exemplos de demandas por Secretaria:

- Secretaria de Saúde: impressão de cartazes e folders para campanhas de vacinação, prevenção de doenças e orientações à população; produção de crachás para identificação de profissionais.
- Secretaria de Educação: confecção de certificados, provas, material didático, banners para eventos pedagógicos e cartazes informativos para escolas.
- Secretaria de Assistência Social: material informativo sobre programas sociais, folders para campanhas de combate à violência e sinalização para eventos comunitários.
- Gabinete e Comunicação: confecção de convites, informativos institucionais e materiais para ações de divulgação oficial.

2. Justificativa para a Modalidade de Credenciamento:

A opção pelo credenciamento está fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no artigo 78, inciso II, que admite esta forma de



seleção para contratação de serviços em que seja necessário o cadastramento de múltiplos prestadores para garantir a universalização, a continuidade e a eficiência do serviço público.

Considerando que:

- As demandas de serviços gráficos ocorrem de forma contínua e imprevisível;
- Há necessidade de atendimento simultâneo por diferentes fornecedores, garantindo agilidade e descentralização do serviço;
- A Administração deve buscar economicidade e isonomia, permitindo que todos os interessados, que atendam às exigências, possam participar, evitando monopólio;

O credenciamento é o instrumento mais adequado para assegurar pluralidade de fornecedores, qualidade nos serviços e atendimento tempestivo das demandas de todas as Secretarias.

3. Fundamentação Legal:

- Art. 11 da Lei nº 14.133/2021: estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e isonomia.
- Art. 78, II, da Lei nº 14.133/2021: permite a utilização do credenciamento para a contratação de serviços com múltiplos prestadores.
- Art. 6º, XLIII, da Lei nº 14.133/2021: define credenciamento como procedimento administrativo voltado à formação de cadastro de interessados.
- Art. 74, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021: trata da contratação direta por credenciamento.
-

4. Relevância da Contratação:

A execução eficiente das políticas públicas municipais depende da divulgação de campanhas, programas e atos oficiais, o que só é possível por meio da produção de materiais gráficos adequados. O não atendimento dessas demandas comprometeria a transparência, a comunicação com a população e a efetividade das ações governamentais.

Assim, a realização do presente credenciamento para fornecimento de serviços gráficos em geral é medida necessária para garantir o regular funcionamento da Administração, o cumprimento da legislação e a continuidade dos serviços públicos.



3. PERÍODO DE EXECUÇÃO

3.1. Doze (12) meses.

4. RESPONSÁVEL PELO PROJETO E UNIDADE FISCALIZADORA

4.1. Secretaria Municipal de Administração

5. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 5.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.
- 5.2. Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.
- 5.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.
- 5.4. Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.
- 5.5. Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
- 5.6. Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada parcela;
- 5.7. Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.
- 5.8. A Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, através de cada Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.
- 5.9. Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.10. Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.
- 5.11. Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Contratante;
- 5.12. fornecer o material conforme as especificações constantes desse Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido;



5.13. Executar os serviços no prazo e local estabelecidos nesse Termo de Referência, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao uso, garantia ou validade;

5.14. Responsabilizar-se pela qualidade e durabilidade do material entregue;

5.15. Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria solicitante, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento deles;

5.16. Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura do Município de Jardim de Piranhas -RN/RN, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência;

5.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.18. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

5.19. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Jardim de Piranhas -RN/RN e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

5.20. Comunicar à Prefeitura do Município de Jardim de Piranhas -RN/RN, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.21. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Jardim de Piranhas -RN/RN;

5.22. Prestar esclarecimentos à Prefeitura do Município de Jardim de Piranhas -RN/RN, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

5.23. Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras;

5.24. Emitir e apresentar certidão negativa/positiva com efeito de negativa de débitos da Receita Federal, Receita Estadual (Estado do prestador), Receita Municipal (emitida no município do prestador), Trabalhista e Certificado de Regularidade perante o FGTS;

5.25. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura do Município Jardim de Piranhas -RN/RN, cujas reclamações se obriga a atender;

5.26. Qualquer dano causado ao patrimônio da Prefeitura do Município de



Jardim de Piranhas -RN/RN, na execução dos serviços serão ressarcidos pelo prestador, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho.

5.27.As ferramentas necessárias para prestação dos serviços serão de responsabilidade do Credenciado, devendo ele manter durante toda a vigência do termo de credenciamento.

6. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A execução de todos os serviços credenciados dependerá de encaminhamento específico feito pelo Município de Jardim de Piranhas/RN mediante ordem de serviços.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Fiscalização será exercida sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração de Jardim de Piranhas/ RN e não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador do serviço (CREDENCIADO).

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

9. LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Serviços deverão ser entregues junto a secretária solicitante.

10. VALOR GLOBAL ESTIMADO DE REFERÊNCIA

10.1. R\$ 1.113.187,35. (um milhão cento e treze mil cento e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos)

ISRAEL SOUZA DONATO DOS SANTOS

Secretário de Administração



ANEXO II
DESCRIÇÃO DOS ITENS, QUNATITATIVOS E VALORES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1	ADESIVO E UNID. PLOTAGEM EM VEÍCULOS, UTILITÁRIOS E VANS. INCLUSO SERVIÇO DE RETIRADA ANTIGA, INSTALAÇÃO DE ADESIVO, NÚMEROS PARA FROTA, ADESIVOS DIVERSOS E PLOTAGEM NOVA, DE ACORDO COM A ARTE FORNECIDA PELA PREFEITURA.	E UNID.	300	353,70	106.110,00
2	ADESIVO MICROPERTURADO PARA PARABRISA MEDINDO 85 CM X 45 CM.	UNID.	510	32,10	16.371,00
3	ADESIVO MICROPERTURADO PARA PARABRISA NA COR 4X0.	M ²	460	61,53	28.303,80
4	ADESIVO EM VINIL BRILHOSO NA COR 4X0.	M ²	900	52,82	47.538,00
5	ADESIVO VINIL EM FORMATOS VARIADOS A DEFINIR.	M ²	1350	61,85	83.497,50
6	BANNER EM LONA VULCANIZADA,	M ²	320	56,05	17.936,00



	IMPRESSÃO 4X0 COM BASTÃO DE MADEIRA E/OU CORDÃO.				
7	BANNER EM LONAM ² VULCANIZADA, IMPRESSÃO 4X0 COM ILHÓS.		470	62,51	29.379,70
8	BANNER EM LONAM ² VULCANIZADA, IMPRESSÃO 4X0 SEM ILHÓS.		450	55,05	24.772,50
9	BLOCO EM TAMANHO A4 SULFITE GRAMATURA 56G NA COR 1X0 COM 100 FOLHAS.	UNID.	10370	12,84	133.150,80
10	BLOCO EM TAMANHO A4 SULFITE GRAMATURA 56G NA COR 1X1 COM 100 FOLHAS.	UNID.	2620	14,98	39.247,60
11	BLOCO EM TAMANHO A4 SULFITE GRAMATURA 75G NA COR 1X0 COM 100 FOLHAS.	UNID.	620	15,24	9.448,80
12	BLOCO EM TAMANHO A4 SULFITE GRAMATURA 75G NA COR 1X1 COM 100 FOLHAS.	UNID.	2620	16,93	44.356,60
13	BLOCO EM TAMANHO A5 SULFITE GRAMATURA 56G NA COR 1X0 COM 100 FOLHAS.	UNID.	2270	12,84	29.146,80
14	BLOCO EM TAMANHO A5 SULFITE GRAMATURA 56G NA	UNID.	270	13,91	3.755,70



	COR 1X1 COM 100 FOLHAS.				
15	BLOCO EM TAMANHO A5 SULFITE GRAMATURA 75G NA COR 1X0 COM 100 FOLHAS.	UNID.	2270	12,84	29.146,80
16	BLOCO EM TAMANHO A5 SULFITE GRAMATURA 75G NA COR 1X1 COM 100 FOLHAS.	UNID.	20	13,91	278,20
17	BLOCO EM TAMANHO A4 (210 MM X 297 MM), IMPRESSÃO 1X0 EM PAPEL SULFITE 75G DE COR BRANCA COM 100 FOLHAS.	BLOCO	1640	14,65	24.026,00
18	BLOCO EM TAMANHO A4 (210 MM X 297 MM), IMPRESSÃO 1X0 EM PAPEL SULFITE 75G DE CORES VARIADAS COM 100 FOLHAS.	BLOCO	840	15,77	13.246,80
19	BLOCO EM TAMANHO A4 (210 MM X 297 MM), IMPRESSÃO 4X0 EM PAPEL SULFITE 75G DE COR BRANCA COM 100 FOLHAS.	BLOCO	840	21,40	17.976,00
20	BLOCO EM TAMANHO A4 (210 MM X 297 MM), IMPRESSÃO 4X1 EM PAPEL SULFITE 75G DE COR BRANCA COM 100 FOLHAS.	BLOCO	840	23,54	19.773,60
21	BLOCO EM TAMANHO A4 (210 MM X 297 MM), IMPRESSÃO 4X4	BLOCO	840	32,10	26.964,00



	EM PAPEL SULFITE 75G DE COR BRANCA COM 100 FOLHAS.				
22	BLOCO EM TAMANHO A5 (148 MM X 210 MM), IMPRESSÃO 1X0 EM PAPEL SULFITE 75G DE CORES VARIADAS COM 100 FOLHAS.	BLOCO	2490	13,38	33.316,20
23	BLOCO EM TAMANHO A5 (148 MM X 210 MM), IMPRESSÃO 1X1 EM PAPEL SULFITE 75G DE CORES VARIADAS COM 100 FOLHAS.	BLOCO	490	13,91	6.815,90
24	BLOCO EM TAMANHO A5 (148 MM X 210 MM), IMPRESSÃO 4X4 EM PAPEL SULFITE 75G DE COR BRANCA COM 100 FOLHAS.	BLOCO	2640	19,26	50.846,40
25	CARTÃO EM TAMANHO A4 (210 MM X 297 MM) ABERTO COM 01 DOBRA E IMPRESSÃO 1X1 EM PAPEL TIPO PESO 40.	UNID.	420	2,14	898,80
26	CARTÃO EM PAPEL COUCHÉ BRILHOSO 300G MEDINDO 8,5 CM X 5,5 CM EM IMPRESSÃO 4X4.	UNID.	420	0,43	180,60
27	CARTÃO EM PAPEL SULFITE 150G MEDINDO 8,5 CM X 5,5 CM EM IMPRESSÃO 4X4.	UNID.	420	0,54	226,80



28	CREDENCIAL EM TAMANHO 10 CM X 14 CM, IMPRESSÃO 4X0 EM PAPEL SUPREMO 250G COM CORDÃO DE NYLON.	UNID.	425	3,75	1.593,75
29	FORMULÁRIO PADRÃO EM TAMANHO A3 (297 MM X 420 MM), IMPRESSÃO 1X1 EM PAPEL SULFITE NO MÍNIMO 120G DE COR BRANCA.	UNID.	1425	2,68	3.819,00
30	IMPRESSÃO EM PAPEL A3 SULFITE GRAMATURA 150G NA COR 1X0.	UNID.	610	3,75	2.287,50
31	IMPRESSÃO EM PAPEL A3 SULFITE GRAMATURA 150G NA COR 1X1.	UNID.	610	5,35	3.263,50
32	IMPRESSÃO EM PAPEL A3 SULFITE GRAMATURA 150G NA COR 4X0 CORES.	UNID.	610	6,42	3.916,20
33	IMPRESSÃO EM PAPEL A3 SULFITE GRAMATURA 150G NA COR 4X1.	UNID.	610	6,96	4.245,60
34	IMPRESSÃO EM PAPEL A3 SULFITE GRAMATURA 150G NA COR 4X4.	UNID.	610	9,63	5.874,30
35	IMPRESSÃO EM PAPEL A3 SULFITE GRAMATURA 75G NA COR 1X0.	UNID.	10710	1,61	17.243,10
36	IMPRESSÃO EM PAPEL A3 SULFITE	UNID.	6710	2,14	14.359,40



	GRAMATURA 75G NA COR 1X1.				
37	IMPRESSÃO EM PAPEL A3 SULFITE GRAMATURA 75G NA COR 4X0.	UNID.	710	5,35	3.798,50
38	IMPRESSÃO EM PAPEL A3 SULFITE GRAMATURA 75G NA COR 4X1.	UNID.	710	6,42	4.558,20
39	IMPRESSÃO EM PAPEL A3 SULFITE GRAMATURA 75G NA COR 4X4.	UNID.	5710	7,49	42.767,90
40	IMPRESSÃO EM PAPEL A4 SULFITE GRAMATURA 150G NA COR 1X0.	UNID.	710	2,68	1.902,80
41	IMPRESSÃO EM PAPEL A4 SULFITE GRAMATURA 150G NA COR 1X1.	UNID.	710	3,75	2.662,50
42	IMPRESSÃO EM PAPEL A4 SULFITE GRAMATURA 150G NA COR 4X0.	UNID.	710	5,35	3.798,50
43	IMPRESSÃO EM PAPEL A4 SULFITE GRAMATURA 150G NA COR 4X1.	UNID.	710	6,42	4.558,20
44	IMPRESSÃO EM PAPEL A4 SULFITE GRAMATURA 150G NA COR 4X4.	UNID.	710	7,49	5.317,90
45	IMPRESSÃO EM PAPEL A4 SULFITE GRAMATURA 75G NA COR 1X0.	UNID.	710	0,25	177,50
46	IMPRESSÃO EM PAPEL A4 SULFITE	UNID.	710	0,41	291,10



	GRAMATURA 75G NA COR 1X1.				
47	IMPRESSÃO EM PAPEL A4 SULFITE GRAMATURA 75G NA COR 4X0.	UNID.	760	3,75	2.850,00
48	IMPRESSÃO EM PAPEL A4 SULFITE GRAMATURA 75G NA COR 4X1.	UNID.	510	4,28	2.182,80
49	IMPRESSÃO EM PAPEL A4 SULFITE GRAMATURA 75G NA COR 4X4.	UNID.	710	5,35	3.798,50
50	IMPRESSÃO EM PAPEL A5 SULFITE GRAMATURA 56G NA COR 1X0	UNID.	710	1,07	759,70
51	IMPRESSÃO EM PAPEL A3 COUCHÉ BRILHOSO GRAMATURA 150G NA COR 4X0.	UNID.	2610	4,13	10.779,30
52	IMPRESSÃO EM PAPEL A5 COUCHÉ BRILHOSO GRAMATURA 150G NA COR 4X0.	UNID.	610	2,68	1.634,80
53	IMPRESSÃO EM PAPEL A5 COUCHÉ BRILHOSO GRAMATURA 150G NA COR 4X1.	UNID.	610	3,21	1.958,10
54	IMPRESSÃO EM PAPEL A5 COUCHÉ BRILHOSO GRAMATURA 150G NA COR 4X4.	UNID.	510	4,28	2.182,80
55	IMPRESSÃO EM PAPEL A5 COUCHÉ	UNID.	610	3,75	2.287,50



	BRILHOSO GRAMATURA 230G NA COR 4X0.				
56	IMPRESSÃO EM PAPEL A5 COUCHÉ BRILHOSO GRAMATURA 230G NA COR 4X1.	UNID.	560	4,28	2.396,80
57	IMPRESSÃO EM PAPEL A5 COUCHÉ BRILHOSO GRAMATURA 230G NA COR 4X4.	UNID.	560	5,35	2.996,00
58	IMPRESSÃO EM LONA NA COR 4X0 COM ILHÓS.	M ²	660	58,14	38.372,40
59	IMPRESSÃO EM LONA NA COR 4X0 SEM ILHÓS.	M ²	760	54,09	41.108,40
60	LEQUES PERSONALIZADOS EM TAMANHO 21,55 CM X 22 CM EM IMPRESSÃO 4X1.	UNID.	3212	1,84	5.910,08
61	LEQUES PERSONALIZADOS NA COR 4X1.	UNID.	1112	2,11	2.346,32
62	PANFLETO PADRÃO EM TAMANHO A5 (148 MM X 210 MM), IMPRESSÃO 4X0 EM PAPEL COUCHÉ FOSCO NO MÍNIMO 90G.	UNID.	1800	0,43	774,00
63	PANFLETO PADRÃO EM TAMANHO A5 (148 MM X 210 MM), IMPRESSÃO 4X4 EM PAPEL COUCHÉ	UNID.	6900	0,54	3.726,00



	FOSCO NO MÍNIMO 90G.				
64	PANFLETO PADRÃO EM TAMANHO A5 (148 MM X 210 MM), IMPRESSÃO 4X0 EM PAPEL COUCHÉ BRILHOSO NO MÍNIMO 90G.	UNID.	2000	0,35	700,00
65	PANFLETO PADRÃO EM TAMANHO A5 (148 MM X 210 MM), IMPRESSÃO 4X4 EM PAPEL COUCHÉ BRILHOSO NO MÍNIMO 90G.	UNID.	1900	0,54	1.026,00
66	PANFLETO PADRÃO EM TAMANHO A5 (148 MM X 210 MM), IMPRESSÃO 4X4 EM PAPEL RECICLADO NO MÍNIMO 90G.	UNID.	1700	0,64	1.088,00
67	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO TYVEK PERSONALIZADA EM CORES VARIADAS, EM TAMANHO 245 MM X 20 MM, COM ADESIVO.	UNID.	1750	1,25	2.187,50
68	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO PERSONALIZADA COM AUTOCOLANTE.	UNID.	1550	1,37	2.123,50
69	SACOLA DE ALGODÃO PERSONALIZADA EM MATERIAL BIODEGRADÁVEL COM COSTURA REFORÇADA,	UNID.	975	10,70	10.432,50



	TAMANHO: 50 CM X 30 CM, COM ARTE IMPRESSA, DESIGNER A DEFINIR EM TAMANHO 20 CM X 20 CM, E ALÇA DE ALGODÃO.				
70	TALÃO 10X15, 2 VIAS BRANCA E JORNAL NUMERADO COM 100 FOLHAS.	BLOCO	1200	5,35	6.420,00
			Total		1.113.187,35

O valor total é equivalente a R\$ 1.113.187,35. (um milhão cento e treze mil cento e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos)

1- JUSTIFICATIVA

Justificativa: O Município de Jardim de Piranhas/RN, por intermédio de suas diversas Secretarias, necessita da contratação de serviços gráficos em geral para atender às demandas administrativas e institucionais relacionadas à execução de políticas públicas, cumprimento das obrigações legais de publicidade dos atos oficiais e manutenção da comunicação com a população.

A necessidade se dá em razão de que as atividades desenvolvidas pelo Poder Público exigem a confecção contínua e variada de materiais impressos, como folders, cartazes, panfletos, banners, blocos, impressos administrativos, materiais educativos, informativos, convites, certificados, envelopes, crachás, sinalizações e demais itens indispensáveis à gestão municipal.

1. Exemplos de demandas por Secretaria:

- Secretaria de Saúde: impressão de cartazes e folders para campanhas de vacinação, prevenção de doenças e orientações à população; produção de crachás para identificação de profissionais.
- Secretaria de Educação: confecção de certificados, provas, material didático, banners para eventos pedagógicos e cartazes informativos para escolas.
- Secretaria de Assistência Social: material informativo sobre programas sociais, folders para campanhas de combate à violência e sinalização para eventos comunitários.



- Gabinete e Comunicação: confecção de convites, informativos institucionais e materiais para ações de divulgação oficial.

2. Justificativa para a Modalidade de Credenciamento:

A opção pelo credenciamento está fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no artigo 78, inciso II, que admite esta forma de seleção para contratação de serviços em que seja necessário o cadastramento de múltiplos prestadores para garantir a universalização, a continuidade e a eficiência do serviço público.

Considerando que:

- As demandas de serviços gráficos ocorrem de forma contínua e imprevisível;
- Há necessidade de atendimento simultâneo por diferentes fornecedores, garantindo agilidade e descentralização do serviço;
- A Administração deve buscar economicidade e isonomia, permitindo que todos os interessados, que atendam às exigências, possam participar, evitando monopólio;

O credenciamento é o instrumento mais adequado para assegurar pluralidade de fornecedores, qualidade nos serviços e atendimento tempestivo das demandas de todas as Secretarias.

3. Fundamentação Legal:

- Art. 11 da Lei nº 14.133/2021: estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e isonomia.
- Art. 78, II, da Lei nº 14.133/2021: permite a utilização do credenciamento para a contratação de serviços com múltiplos prestadores.
- Art. 6º, XLIII, da Lei nº 14.133/2021: define credenciamento como procedimento administrativo voltado à formação de cadastro de interessados.
- Art. 74, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021: trata da contratação direta por credenciamento.

4. Relevância da Contratação:

A execução eficiente das políticas públicas municipais depende da divulgação de campanhas, programas e atos oficiais, o que só é possível por meio da produção de materiais gráficos adequados. O não atendimento dessas



demandas comprometeria a transparência, a comunicação com a população e a efetividade das ações governamentais.

Assim, a realização do presente credenciamento para fornecimento de serviços gráficos em geral é medida necessária para garantir o regular funcionamento da Administração, o cumprimento da legislação e a continuidade dos serviços públicos.

2 - PRAZO DE CONTRATAÇÃO

Os contratos terão validade até 12 Meses e poderão ser prorrogados de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o



cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

6 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

6 - PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

8 - PREÇOS PRATICADOS

8.1 - Os valores unitários se baseiam em contratos firmados com a Administração Pública conforme preconizado o art. 23, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

9 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

As especificações e os quantitativos dos serviços constam a seguir, com valor unitário definido para cada contratação prevista neste Termo, elaborado com base nos balizamentos realizados junto ao Tribunal de Contas do Estado, Pesquisas de preços, e orçamentos devidamente justificados e enviados por fornecedores, conforme valores apresentados nas planilhas de cada item deste Termo de Referência



10 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:

03001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

05001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

2010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

09001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

2042 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

11001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

2038 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

12001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

2045 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

14001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

2083 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

08001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos

10031 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2020 - FUNCIONAMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

2022 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2063 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE FRANCISCA PEREIRA MARIZ

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos

16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

07000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

07031 - FUNDO MUN. DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSIST. SOCIAL

2025 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGDBF

2033 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

2050 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AS FAMÍLIAS - PAIF/CRAS/PSB

2052 - Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Jardim de Piranhas/RN 15 de setembro de 2025

ISRAEL SOUZA DONATO DOS SANTOS

Secretário de Administração



CRENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 00005/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 027/2025

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº:/...-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS E, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas - Av. Gov. Dix-sept Rosado, 144 - Centro - Jardim de Piranhas - RN, CNPJ nº 08.096.604/0001-95, neste ato representada pelo Prefeito Rogério Soares, Brasileiro, Solteiro, Empresário, residente e domiciliado na Fazenda Gois 5, SN - Zona Rural - Jardim de Piranhas - RN, CPF nº 430.532.114-91, Carteira de Identidade nº 9800220631 SSPCE, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO nº 00005/2025, processado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.878, de 09 de Janeiro de 2024; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: **CRENCIAMENTO ELETRÔNICO PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL PARA UTILIZAÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DE PIRANHAS-RN.**

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas



correspondentes, procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO nº 00005/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/09/2025.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

03001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

05001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

2010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

09001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

2042 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

11001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

2038 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

12001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

2045 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

14001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

2083 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

08001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.3.90.30 - Material de Consumo

3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos



10031 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2020 - FUNCIONAMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF
2022 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2063 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE FRANCISCA PEREIRA MARIZ
3.3.90.30 - Material de Consumo
3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

07000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL
3.3.90.30 - Material de Consumo
3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

07031 - FUNDO MUN. DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSIST. SOCIAL
2025 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGDBF
2033 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
2050 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AS FAMÍLIAS - PAIF/CRAS/PSB
2052 - Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV
3.3.90.30 - Material de Consumo
3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: 5 (cinco) dias.



A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
- e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;



f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal,



as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente,



em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Jardim de Piranhas.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Jardim de Piranhas - RN, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

CPF:

PELO CONTRATADO

CPF:
